

AINDA SOBRE O CARÁTER DUAL DO TRABALHO NO CAPITALISMO: CRÍTICA AO HIPOSTASIAR TRANS-HISTÓRICO E “HISTORICISTA” DO TRABALHO

Marcelo Dias Carcanholo*

Artigo submetido às Seções Ordinárias

Área 3.1: Teoria do Valor

Resumo: Este artigo pretende resgatar uma das principais contribuições de Marx à teoria do valor que é justamente perceber a dupla natureza da mercadoria, como uma unidade dialética entre valor e valor de uso, a partir da dupla natureza do trabalho no capitalismo, enquanto trabalho abstrato e trabalho concreto. O objetivo do artigo é mostrar que a desconsideração desse par dialético que caracteriza o trabalho no capitalismo leva a um tratamento reducionista e, portanto, mistificador na interpretação do capitalismo.

Palavras-chave: trabalho concreto, trabalho abstrato, dialética, teoria do valor.

Abstract: This article aims to rescue one of the main contributions of Marx to the theory of value that is precisely understand the dual nature of the commodity, as a dialectical unity between value and use value, from the dual nature of labour in capitalism, while abstract labour and concrete labour. The purpose is to show that the disrespect of dialectical pair that characterizes labour in capitalism leads to a reductionist treatment and, therefore, mystifier interpretation of capitalism.

Key words: concrete labour, abstract labour, dialectics, theory of value.

Depois de sua mais recente declaração de óbito, no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado, a interpretação de Marx (e do marxismo) sobre as leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista parece ganhar novo alento. Especificamente, o seu alicerce – a teoria do valor – vem ganhando novas (re)leituras, novas interpretações, debates ressuscitados, novos desdobramentos¹. O objetivo deste trabalho é rediscutir a base dessa teoria do valor de Marx, com ênfase nos desdobramentos do duplo caráter do trabalho no capitalismo que definem a natureza dialética da mercadoria, sua forma mais elementar.

É amplamente conhecida a importância que Marx dava para o duplo caráter do trabalho na sua interpretação crítica sobre o modo de produção capitalista². Se a contradição básica do capitalismo se dá pela contradição que compõe sua própria forma mais elementar, a mercadoria,

* Professor da Faculdade de Economia da UFF e integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-Marx).

¹ As referências aqui são inúmeras. Para uma revisão crítica de quatro interpretações das mais influentes dentro do debate sobre a teoria marxista do valor (marxismo tradicional baseado no trabalho incorporado; análise sraffiana; tradição de Rubin sobre a forma do valor; “nova interpretação”) ver Saad Filho (2001). Já para um desdobramento da categoria dinheiro a partir das formas do valor – em oposição à concepção tradicional de valor como mero trabalho incorporado – ver Itoh & Lapavistas (1999, cap. 2).

² Borges Neto (2007), além de fazer um bom levantamento dos momentos onde Marx deixa isso explícito, procura resgatar a relevância do duplo caráter do trabalho no capitalismo para a compreensão da Economia Política. O mesmo, ainda que de maneira bem mais introdutória, pode ser visto em Shaikh (1987).

isto é, a contradição entre o valor e o valor de uso das mercadorias, e esta dupla natureza da mercadoria reflete a dupla natureza do trabalho, já daí percebe-se a importância do assunto³.

Além disso, Marx é explícito ao iniciar a seção do capítulo primeiro de *O Capital* – aquela que trata justamente do duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias – afirmando que “essa natureza dupla da mercadoria [valor e valor de uso] foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto” (Marx, 1983, livro I: 49). Examinemo-lo, portanto.

1- Dupla natureza da mercadoria e do trabalho

Marx começa *O Capital* com a mercadoria não por imposição de sua análise lógica idealista, ou por sua mera vontade própria. O autor não determina a mercadoria como ponto inicial de análise. É a economia mercantil-capitalista que o faz, tornando a forma mercadoria o elemento central e geral dessa sociabilidade. O que Marx faz é, apenas, partir da observação dessa forma histórica da riqueza que é mais aparente/elementar no modo de produção capitalista.

Ao observar essa forma mais elementar do modo de produção capitalista, observa-se que a mercadoria possui duas características. A riqueza na época capitalista possui, ao mesmo tempo, a capacidade de satisfazer as necessidades humanas, por intermédio de suas propriedades materiais – e, por isso, é valor de uso – e a propriedade de poder trocar-se por outras mercadorias distintas de si mesma – nesse sentido, valor de troca. Marx, (1983: 46) é explícito nisso quando afirma que: “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca”.

Isso significa que, além da mercadoria (riqueza na época capitalista) ser uma unidade dessas duas características, valor de troca e valor de uso, este último é o conteúdo material da riqueza, em toda forma social e histórica, e, no modo de produção capitalista, os valores de uso constituem, também, os substratos materiais de algo específico a esta sociedade, o valor de troca. Claramente, Marx nos diz que o valor de uso é uma característica da riqueza material em

³ Contradição básica significa, dentre outras coisas, que ela é a base a partir da qual todas as outras contradições do modo de produção capitalista são desdobramentos dialéticos que têm como origem fundamental o caráter dual da mercadoria, dado pela contradição entre o seu valor e o valor de uso.

qualquer época histórica, enquanto que o valor de troca é específico deste momento histórico, o capitalismo.

Em seguida, ao deter-se na análise do valor de troca, Marx constata que este aparece, de início, como uma relação meramente quantitativa entre valores de uso distintos; e mais, como algo puramente relativo (que se define apenas na relação com outra mercadoria, na troca) e casual (já que essa relação muda no tempo e no espaço)⁴. Essa aparência é desvelada quando se nota que os valores de troca das mercadorias expressam, na realidade, algo igual, e que, portanto, eles só podem ser a forma de manifestação de outra coisa, o valor. A mercadoria que aparece como uma unidade entre o valor de uso (conteúdo material da riqueza) e o valor de troca (forma social específica no capitalismo) é, na verdade, uma unidade entre o valor de uso e o valor, que se manifesta, na aparência, como uma unidade entre valor de uso e valor de troca.

Essa unidade formadora da mercadoria, entretanto, é uma unidade dialética. Para que um produto seja mercadoria, ele deve possuir, ao mesmo tempo, as capacidades de ser trocado por outros e a de, através de suas propriedades materiais, satisfazer necessidades humanas. Sendo valor e valor de uso, ao mesmo tempo, enquanto unidade dessas propriedades, torna-se mercadoria. Entretanto, uma mesma mercadoria não pode ser valor e valor de uso para o seu produtor. Se o que interessa a este último é o valor, ele trocará a mercadoria por outra que lhe satisfaça, isto é, ele aliena o seu valor de uso. A mercadoria é obrigatoriamente um valor e, ao mesmo tempo, um não valor de uso para o seu produtor. Caso contrário, se o que o produtor observa em seu produto é um valor de uso, este produto não será trocado e, portanto, não se constitui como mercadoria. Assim, para o mesmo produtor, a mercadoria não pode ser valor e valor de uso ao mesmo tempo. Por isso, a mercadoria é uma unidade contraditória entre valor e valor de uso.

Descoberto o valor por trás de sua aparência valor de troca, Marx passa a analisar a substância ou fundamento desse valor e a sua grandeza. Para tanto, o valor de uso é deixado de lado. Não porque sua investigação seja desprovida de sentido para o objeto modo de produção capitalista⁵, mas porque para este caso em particular, a substância do valor, o valor de uso não joga nenhum papel. E isto, basicamente, por duas razões.

Em primeiro lugar, afinal, na troca entre mercadorias são trocados produtos do trabalho humano segundo equivalentes, valores iguais, justamente a partir da pré-condição de que valores

⁴ O valor de troca, como algo intrínseco, como uma propriedade da mercadoria, seria uma contradição. Como algo que é próprio, interno à mercadoria, pode, ao mesmo tempo, ser definido apenas na relação (externa) com outra?

⁵ A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx pode ser encontrada em Rosdolsky (2001).

de uso distintos são trocados. Na troca, os produtores procuram afirmar a característica valor de suas mercadorias, alienando (abstraindo) os seus valores de uso. É bem verdade que, na troca simples, o objetivo final é um valor de uso distinto, mas a substância do valor é o fundamento daquilo que descobrimos como sendo algo igual, expressado nos valores de troca das mercadorias.

Em segundo lugar, e isto é extremamente importante, o que é que permite ao ser humano obter riqueza material, qualquer que seja a época histórica, isto é, o que permite ao ser humano obter valores de uso necessários para sua (re) produção enquanto espécie? A resposta aqui é inescapável: o processo de produção dessa riqueza material, o processo de trabalho que elabora essa riqueza⁶. Marx é explícito nisso em distintas passagens de sua obra. Por exemplo,

“mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil [concreto], é o trabalho, por isso, uma condição da existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Marx, 1983: 50).

O que o autor deixa claro aqui é que, como o valor de uso está presente em qualquer época histórica, pois é o conteúdo material da riqueza, e esta última tem como sua fonte originária o trabalho⁷, as características específicas dessa riqueza só podem provir de

⁶ Em termos lógicos, existiria uma segunda opção: que a riqueza material fosse pré-existente na natureza (por dádiva divina, ou da própria natureza, pouco importa). Entretanto, não se pode considerar a simples extração da natureza a principal fonte de riqueza para o ser humano, principalmente depois de todo o desenvolvimento das forças produtivas que, inclusive, é alavancado pelo modo de produção capitalista. Além disso, o simples ato de extrair riqueza da natureza já não envolve um determinado processo de trabalho?

⁷ López (2006) procura sustentar que o trabalho não é a fonte de toda riqueza social, no intuito de apresentar o livro de Postone (2006) para sua edição espanhola, ao mesmo tempo em que sustenta o argumento central deste último. Independente da validade ou não dessa sustentação, López (2006: 29) afirma que inclusive Marx daria suporte a essa interpretação, por exemplo, na *Crítica ao Programa de Gotha* (Marx, 1979), quando inicia esse texto afirmando, textualmente, que o trabalho não é a fonte de toda a riqueza. Entretanto, isso é uma utilização indevida do texto de Marx, através da clássica citação fora do contexto da obra. O que Marx faz ali é, claramente, criticar o fato de que o Programa de Gotha desconsiderava a terra como outra fonte de riqueza (material), mas nunca desconsiderando o trabalho como uma de suas fontes. Mesmo em *O Capital*, Marx (1983: 51) afirma que “nesse trabalho de formação ele [o homem] é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra é a mãe”. Portanto, não é o que trabalho não seja a fonte de toda a riqueza material; não é a única fonte. No processo de trabalho, todos esses elementos (meios de produção e trabalho propriamente dito) devem estar presentes para que a riqueza material seja produzida.

características específicas do trabalho que a produziu. Assim, os valores de uso são específicos, concretos, em razão das distintas especificidades dos distintos trabalhos, úteis, concretos. A mercadoria é, assim, valor de uso, porque o trabalho no capitalismo é, assim como em qualquer sociabilidade, trabalho concreto de produzir uma riqueza material específica.

Deixando de lado, portanto, os valores de uso e o trabalho concreto, uma vez que estes não são especificidades da época histórica capitalista, o que resta às mercadorias?

“resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho...Se abstrairmos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso...ao desaparecer o caráter útil [concreto] dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil [concreto] dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (Marx, 1983: 47).

Esta passagem é sumamente importante por várias razões. Em primeiro lugar, fica evidente que a abstração dos valores de uso das mercadorias significa a abstração dos trabalhos concretos específicos que constroem distintas propriedades materiais para os diferentes valores de uso. Em outras palavras, as mercadorias são valores de uso distintos porque são produzidas por trabalhos concretos distintos; logo, a propriedade valor de uso de qualquer mercadoria advém do caráter concreto do trabalho. Como este está presente em qualquer época histórica, trabalho concreto e valor de uso são características da riqueza material, qualquer que seja a sociabilidade.

Em segundo lugar, percebe-se que, após o “desaparecimento” do trabalho concreto, em virtude de sua abstração, resta apenas o fato de serem, todos os produtos, toda a riqueza material, trabalho humano em geral e, nesse sentido, igual. Chega-se, portanto, ao igual trabalho humano a partir da abstração dos trabalhos concretos e, em última instância, da abstração dos valores de uso; chega-se, assim, ao trabalho abstrato⁸.

Por último, após a abstração do caráter concreto dos distintos trabalhos, o que resta é apenas que na produção das mercadorias foi gasta força de trabalho humana, uma substância social comum às mercadorias: “como cristalização dessa substância social comum a todas elas,

⁸ Já neste ponto surge uma questão crucial que será tratada em seguida: quem, ou o que, faz essa abstração? Da forma como está – deliberadamente, inclusive – construído o argumento aqui, parece que é uma abstração lógica, idealista, o que é um equívoco.

são elas valores” (Marx, 1983: 47). Assim, o trabalho abstrato é a substância, o fundamento social do valor⁹.

Conclui-se que a mercadoria é a riqueza na época capitalista, e, como tal, produzida pelo trabalho humano na época capitalista. Este último, como em qualquer sociabilidade, é específico, concreto e, a partir disso, a mercadoria é valor de uso; assim como - o que é específico no capitalismo - é trabalho abstrato e, portanto, valor. A dupla natureza da mercadoria no capitalismo, enquanto uma unidade entre os contrários valor e valor de uso é fruto do duplo caráter do trabalho no capitalismo, enquanto uma unidade entre o trabalho abstrato e o concreto. A unidade dialética e a importância daquela provem da unidade dialética e da relevância deste.

1.1 – Esclarecimentos sobre o trabalho no capitalismo¹⁰

Como visto, o trabalho abstrato é a substância (fundamento) do valor. E este foi obtido a partir da abstração dos elementos específicos dos distintos trabalhos concretos, isto é, reduzindo-os a algo que lhes é igual, o fato de serem trabalhos humanos. Sendo assim, é preciso investigar melhor a relação entre trabalho abstrato e trabalho humano igual.

Rubin (1987, capítulos 11 e 14) identifica três tipos de trabalho igual: trabalho fisiologicamente igual, trabalho socialmente igualado e trabalho abstrato. Em uma economia mercantil-capitalista, o trabalho só se torna social quando adquire a forma de trabalho socialmente igualado, isto é, o trabalho privado não é diretamente social, mas mediado pelas trocas – igualadas – com produtos de outros trabalhos: “o trabalho social ou socialmente igualado, na forma específica que possui na economia mercantil, pode ser chamado de trabalho

⁹ Pelo fato do trabalho abstrato ser a substância do valor não se pode confundi-lo com trabalho produtivo, aquele que produz mais-valia. De fato, se o trabalho abstrato é o fundamento do valor, e a mais-valia se origina de um valor que se valoriza, dentro da lógica do capital, o trabalho produtor de mais-valia (trabalho produtivo) seria trabalho abstrato. Ainda que se possa fazer essa relação, reduzir trabalho abstrato a trabalho produtivo – como faz Lessa (2002: 30) – é reduzir o trabalho abstrato a seu aspecto quantitativo, ao tempo de trabalho socialmente necessário, minimizando o fato principal de que ele é a forma da sociabilidade na economia capitalista, o meio pelo qual os indivíduos se relacionam socialmente nesta época histórica. Sobre o assunto, consultar Marx (1980, tomo I, apêndice 12), Marx (2004) e Rubin (1987, capítulos 14, 16 e 19).

¹⁰ Esses esclarecimentos são fundamentais para não confundir conceitos/categorias distintos como trabalho abstrato, trabalho socialmente igualado, trabalho igual em termos fisiológicos, no que diz respeito ao trabalho como substância do valor. Shaikh (1987) trata indiferenciadamente trabalho social e trabalho em um sentido meramente fisiológico, enquanto Carchedi (1991:10) interpreta o trabalho abstrato e o trabalho fisiologicamente igual como idênticos. A confusão pode chegar ao ponto de, como faz Murray (2005), ver-se obrigado a diferenciar trabalho abstrato (trabalho humano igual, fisiológico) de trabalho “praticamente abstrato” (aquele que é abstraído na prática social do intercâmbio de mercadorias). Parece-nos que um entendimento melhor da teoria de Marx torna desnecessários semelhantes contorcionismos.

abstrato” (Rubin, 1987: 111). Assim, o trabalho abstrato é uma forma (social) específica de trabalho (socialmente) igualado. Segundo Rubin (1987: 112), o trabalho abstrato apresentaria assim duas propriedades. Em primeiro lugar, ele só se torna social se for igual, ou melhor, igualado (os trabalhos privados só têm o seu caráter social confirmado se forem aceitos socialmente, e essa aceitação se dá pela igualação dos distintos trabalhos concretos). Em segundo lugar, esta igualação do trabalho é realizada através da igualação das coisas (mercadorias), produtos do trabalho humano. Mas, de que forma se dá essa igualação? Qual a sua relação com a atividade concreta do trabalho humano em produzir riqueza material? Começemos pela segunda questão.

Como visto, a dupla natureza do trabalho pode ser entendida como a síntese dialética entre o processo técnico material de produção (e este sim está presente em toda fase histórica do ser social, que necessita produzir e reproduzir suas condições de existência – trabalho concreto) e o trabalho segundo a forma social, especificamente histórica, do modo de produção capitalista, o trabalho abstrato. Assim, trabalho abstrato e trabalho concreto (processo material de produção da riqueza, de valores de uso) constituem um duplo caráter do trabalho no capitalismo.

Como se dá a abstração das características específicas de todos os tipos de trabalho concreto no capitalismo? Não se trata de uma abstração ideal, lógica. Não é o teórico que, ao analisar as trocas no capitalismo, reduz (idealmente) todas as características específicas de distintos trabalhos concretos ao simples fato de que todos eles são formas específicas de algo em comum, são fruto do trabalho humano. Tampouco se trata de um artifício, ou mera constatação lógica dessa característica comum. A abstração do caráter concreto do trabalho humano, no modo de produção capitalista é real. É o próprio modo de produção capitalista que determina o trabalho abstrato como homogeneização (igualação) dos trabalhos concretos privados, por intermédio das trocas dos produtos desses trabalhos (que assumem a forma mercadoria), segundo seus valores¹¹, que, com a sua expressão no equivalente-geral (dinheiro), assume a forma preço.

Mas, se o trabalho abstrato é a substância do valor, confere valor às mercadorias no ato da produção de mercadorias, que serão trocadas em seguida, como é possível que a abstração que o define seja feita pela troca? Isto é, se a abstração real dos caracteres concretos se dá por intermédio da troca das mercadorias, segundo os seus valores, então estes só poderiam existir a partir da troca, e não no momento da produção, quando realizado o trabalho? De fato, em um tipo

¹¹“Insofar as this so, the labours related through the mediation of commodity exchange thereby are equally reduced to abstractions of themselves” (Arthur, 2004: 41).

hipotético de sociedade em que o produto fosse produzido para uso direto e, eventualmente, o excedente fosse trocado, os valores de uso só se converteriam em mercadorias no ato da troca. Portanto, nesta sociedade hipotética, o trabalho só seria abstraído na troca¹². Já no caso da economia mercantil-capitalista, o processo de trabalho (valor de uso) existe apenas enquanto suporte do processo de formação de valor. Assim, “este valor de uso es una mercancía desde su concepción y el trabajo es a la vez concreto y abstracto desde el comienzo. El trabajo involucrado en la producción de mercancías produce valor, mientras el intercambio solamente lo realiza en su forma-dinero.”(Shaikh, 1991, p.74).

Isto significa que as mercadorias, no momento de sua produção, já são fruto de uma forma social e histórica específica de trabalho, aquele que é realizado sob a lógica da sociabilidade intermediada pelo intercâmbio de mercadorias. A produção é realizada, desde o início, com o objetivo de trocar o seu produto-resultado no mercado, ou seja, de ser trocada por outros produtos, a partir da intermediação do dinheiro, representante geral dos valores das mercadorias. Como afirma Fausto (1983: 94-95), procurando ressaltar o caráter real da abstração dos trabalhos específicos, em função da própria lógica do capital: “os produtos somente são mercadorias antes da troca, quando a produção já se faz tendo em vista a troca”.

Isso nos permite concluir, adicionalmente, que esse processo de troca segundo os valores das mercadorias está dentro de um determinado modo de produção, isto é, está subordinado a uma lógica histórica específica, a lógica capitalista, que, no processo de trabalho (concreto), produz valores de uso, os conteúdos materiais do valor¹³. Ou seja, a aparente contradição entre um trabalho abstrato produtor de valor, mas que só é abstraído após a produção no processo de trocas, não é uma contradição do discurso, ou da teoria, de Marx, mas uma contradição real do próprio modo de produção capitalista, dada pelo fato de que o valor das mercadorias, que tem como substância o trabalho abstrato, só se manifesta através do valor de troca, na troca,

¹² Não se pretende, com isso, argumentar, por exemplo, que o início de *O Capital* estivesse tratando de uma pressuposta sociedade pré-capitalista, onde reinaria a circulação simples de mercadorias. Esta idéia é completamente contrária aos propósitos de Marx, cujo objeto de estudo, nessa obra, é desde o início o modo de produção capitalista. O que se trata nessa parte da obra é de um específico nível de abstração para apreender esse objeto de estudo. Nosso intuito aqui é apenas ilustrar hipoteticamente como seria essa lógica em uma sociedade que não fosse integralmente mediada pelas trocas, mas apenas o seu produto excedente. Em termos mais rigorosos, as categorias valor, valor de troca e trabalho abstrato não fariam sentido nem nessa sociedade hipotética, pois dizem respeito a uma em específico, o capitalismo. “Though it is not stated explicitly, Marx assumes in Part One of the first volume of *Capital* that the mode of production is already capitalist. Marx then postulates that, as things of value, all commodities are qualitatively identical. Specifically, all commodities possess a common substance of value (abstract human labour) created in the course of their production” (Lapavistas, 2003: 23-24).

¹³ “Implicitly, this is considered as exchange of capitalistically produced commodities, but this does not alter the fact that it is the character of exchange as a ‘real abstraction’ from the existence of commodities as differentiated products issuing from concrete labours that is the relevant determinant” (Arthur, 2004: 41).

justamente igualando-se nesta a um outro valor de uso, diferente do seu. É a dialética da mercadoria, e do processo de produção (processo de trabalho e de valorização) no capitalismo que se expressa em toda sua “fantasmagoria”. Confundir, ou colapsar, a abstração/contradição real, própria do modo de produção capitalista, com a teoria que procura entender esse objeto, a partir de suas próprias características constituintes, é cair no conto do fetiche das mercadorias, do dinheiro e do capital.

Esse processo de abstração real das características concretas do trabalho humano, constituindo a categoria trabalho abstrato, ainda nos permite ressaltar outro ponto. Como visto, a troca entre mercadorias é realizada por intermédio da igualação dos seus valores e, portanto, o trabalho abstrato se apresenta como trabalho *socialmente* igualado, segundo as trocas realizadas por intermédio do valor. Na troca são trocados produtos, mercadorias, equivalentes, com o mesmo valor. Enquanto o trabalho abstrato é a substância do valor, sua magnitude é dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria¹⁴.

Isso fica ainda mais complexo quando, no livro III de *O Capital*, Marx mostra que, na realidade, as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, e nem poderiam, uma vez que, se o fossem, reinariam no capitalismo capitais com distintas taxas de lucro, dado que eles possuem distintas composições orgânicas do capital. É a partir daí, e do processo de concorrência entre os capitais que tende¹⁵ a igualar as taxas de lucro entre os distintos setores, que Marx descobre a categoria preço de produção (Marx, 1983, livro III, cap.IX). Dessa forma, os preços de produção das mercadorias possuem uma magnitude distinta da dos valores das mesmas, salvo em setores de composição orgânica do capital média.

¹⁴ “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho” (Marx, 1983: 48). O significado preciso da qualificação socialmente necessário deu margem a interpretações variadas. Algumas inclusive chegaram a sustentar que o socialmente necessário é dado pela necessidade social, isto é, pela demanda e, portanto, como esta é manifestada pelos preços, o trabalho socialmente necessário seria exatamente o equivalente aos preços de mercado. Confunde-se aqui valor com preço.

¹⁵ O termo “tendência” aqui não é casual. As leis gerais de funcionamento do capitalismo não são leis no sentido positivista, de constatação/validação empírica, com caráter de inexorabilidade factual, ou deterministas; são leis de tendência. “Em toda a produção capitalista é sempre de maneira muito complicada e aproximativa, com média nunca fixável de eternas flutuações, que a lei geral se impõe como tendência dominante” (Marx, 1983, livro III, cap. IX, p.126). O autor formula essa noção de *lei de tendência* quando está tratando da formação da taxa média de lucro pela concorrência entre capitais, mas o mesmo pode ser estendido para qualquer outra das leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista. Lukács (1979: 64), no que se refere à lei da queda tendencial da taxa de lucro, sustenta que “[...] a tendencialidade, enquanto forma fenomênica necessária de uma lei na totalidade concreta do ser social, é consequência inevitável do fato de que nos encontramos aqui diante de complexos reais que interagem de modo complexo, frequentemente passando por amplas mediações, com outros complexos reais; a lei tem caráter tendencial porque, por sua própria essência, é resultado desse movimento dinâmico-contraditório entre complexos”.

Não bastasse isso, no capítulo seguinte (Marx, 1983, livro III, cap. X), o autor mostra que os preços de mercado (preços realmente verificados no processo de venda, de troca por intermédio do dinheiro) só coincidirão com a magnitude dos preços de produção se a oferta e a demanda pela mercadoria em questão coincidirem. Como isso é um mero acaso, já que não existe nenhum mecanismo no capitalismo que consiga, *a priori*, identificar o volume de produção necessário para atender a necessidade social, os preços de mercado costumam ser distintos dos preços de produção, que, por sua vez, já o eram dos valores das mercadorias. Para alguns, esta é a prova cabal de que a teoria do valor de Marx, segundo a qual as mercadorias seriam trocadas de acordo com a *lei do valor*, isto é, segundo valores equivalentes, estaria equivocada, uma vez que o próprio autor percebeu que, na realidade concreta, as mercadorias não são vendidas pelos seus valores.

O que pensariam aqueles se, além disso, lhes fosse afirmado que sustentar a *lei do valor* no capitalismo significa sustentar que as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, nem poderiam, ainda que o sejam? É exatamente isto que Marx descobre! Do ponto de vista meramente quantitativo, de fato, as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, salvo nos setores de composição orgânica do capital média e com volume de produção igual à demanda social. Entretanto, a flutuação dos preços não se dá a esmo; eles flutuam justamente em torno dos valores, mais rigorosamente, dos preços de produção que, em última instância, dizem respeito à apropriação de um valor já produzido. Toda vez que os preços de mercado estiverem acima dos valores (preços de produção), a taxa efetiva de lucro supera a taxa média, incentivando a maior produção daquela mercadoria, o que *tende* a reduzir os preços. A mesma dinâmica *tende* a operar no sentido inverso, de forma que dizer que as mercadorias são vendidas pelos seus valores não significa dizer que elas o sejam do ponto de vista quantitativo, da magnitude, mas que o valor é o centro por onde gravitam os preços. Como percebe Rubin (1987: 70): “valor representa o nível médio em torno do qual flutuam os preços de mercado, e com o qual coincidiriam se o *trabalho social* estivesse proporcionalmente distribuído entre os diversos ramos de produção”. Este é o significado da *lei do valor*; como qualquer outra lei geral de funcionamento do capitalismo, é uma *lei de tendência*.

A lei do valor, assim formulada, mostra, em primeiro lugar, que o valor é uma forma (social) de distribuição do trabalho social entre os diversos ramos da produção, no capitalismo. É, portanto, a característica da sociabilidade no modo de produção capitalista, não podendo ser

tratada como se fosse uma propriedade aistórica do trabalho humano¹⁶. Além disso, e relacionado com o anterior, se o valor é a forma pela qual se dão as relações sociais nesse modo de produção, relações sociais intermediadas pela troca dos produtos do trabalho humano, do ponto de vista da magnitude, essa forma social (valor) atua enquanto uma *lei de tendência*, no sentido visto acima. Portanto, qualquer interpretação¹⁷ que caracterize a abordagem de Marx como uma teoria que parte do pressuposto do equilíbrio nas relações de troca, isto é, como uma teoria equilibrista, não entendeu – ou não consegue entender – esse significado da lei do valor enquanto uma *lei de tendência*. Tratando sobre a condição de equilíbrio no esquema de reprodução ampliada, Marx afirma que:

“O fato de que a produção de mercadorias é a forma geral da produção capitalista já implica o papel que o dinheiro, não apenas como meio de circulação, mas também como capital monetário, desempenha nela e cria certas condições, peculiares a esse modo de produção, da conversão normal, portanto do curso normal da reprodução, seja em escala simples, seja em ampliada, as quais se convertem em outras tantas condições do curso anormal, em possibilidades de crises, uma vez que o próprio equilíbrio – em face da configuração naturalmente desenvolvida dessa produção – é uma coincidência” (Marx, 1983, livro II, p.361).

Marx deixa claro, nesse trecho, que a condição de equilíbrio nos esquemas de reprodução é algo meramente casual, uma coincidência que só se estabelece se as condições de produção e realização do valor, a partir de motivações e decisões individuais de produtores e consumidores, forem exatamente aquelas necessárias para que o total da produção seja igual à realização do seu

¹⁶ Nisto, Postone (2006) está coberto de razão. Trataremos do seu argumento central mais adiante. Desde já, vale destacar que o problema concreto-histórico do livro, isto é, o seu objeto de estudo, é a crítica que faz ao chamado “marxismo tradicional” por, dentre outras coisas, não conseguir entender a especificidade do capitalismo pós-liberal (estatal). Como a primeira edição do livro, em inglês, já é dos anos 90, época da hegemonia do capitalismo neoliberal, o argumento fica um tanto quanto anacrônico; ao menos como forma de “desqualificar” o marxismo “tradicional” por este não conseguir entender a contemporaneidade do capitalismo pós-liberal.

¹⁷ Duas delas merecem destaque. Uma delas é justamente aquela que interpreta o “socialmente necessário” na magnitude do valor das mercadorias como sendo a demanda (necessidade social) e, portanto, o valor das mercadorias seria determinado pela produtividade do trabalho e, também, pela demanda. Rubin (1987, cap. 17) chama esta interpretação de concepção “econômica” do tempo de trabalho socialmente necessário. A segunda é a interpretação neoricardiana, ou sraffiana. Um bom exemplo das confusões da interpretação neoricardiana sobre a teoria do valor pode ser encontrado em Vianello (1987). Tanto uma quanto a outra terminam por não entender a diferença entre o valor e o preço (forma de manifestação do valor). Diga-se de passagem, boa parte dos autores que se dedicam a “encontrar a solução” para o problema da transformação dos valores em preços de produção – mesmo dentro de uma perspectiva mais marxista – parecem conceber os preços transformados como sendo aqueles preços de venda efetiva, confundindo assim preço de produção com preço de mercado.

valor. Como não existe nenhum mecanismo, *a priori*, no modo de produção capitalista que garanta isso, o “normal” nesse modo de produção não é o equilíbrio entre produção e condições de realização.

Mesmo com todo esse esclarecimento, persiste a questão do trabalho fisiologicamente igual. Alguns autores reduzem o trabalho abstrato a este último, desconsiderando todo o significado do processo de abstração real, o que pareceria ter respaldo no próprio Marx:

“Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso” (Marx, 1983: 53).

Marx conclui assim a segunda seção do primeiro capítulo de *O Capital*, justamente aquela que trata do duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias. Assim, o próprio autor parece chancelar a interpretação segundo a qual o trabalho abstrato seria um trabalho igual (representado em valores iguais) por representar dispêndio fisiológico igual na atividade produtiva. Note-se, desde já, que essa interpretação corresponde, de alguma forma, a conceber a produção/trabalho como sendo algo *meramente* trans-histórico, isto é, presente em toda época histórica e, portanto, o valor como um resultado desse processo produtivo de mercadorias também o seria. Se o dispêndio fisiológico de trabalho é o que caracteriza o trabalho abstrato, e este é produtor de valor, como o primeiro está presente em qualquer sociabilidade, o valor também estaria. Este raciocínio não tem o menor respaldo em Marx, o que aprofundaremos na próxima seção. Mas, se o trabalho abstrato não pode ser confundido com trabalho fisiologicamente igual, por que Marx termina a seção que trata do tema em *O Capital* com aquela afirmação?

Rubin percebe bem o status teórico do trabalho fisiológico quando pondera que “o trabalho fisiológico é o pressuposto do trabalho abstrato, no sentido de que não se pode falar em trabalho abstrato se não existir dispêndio de energia fisiológica por parte das pessoas. Mas este dispêndio de energia fisiológica permanece exatamente como pressuposto, e não como objeto de nossa análise” (Rubin, 1987: 151-152). E a análise de Marx mostrou, por um lado, que a abstração das características específicas dos trabalhos concretos é realizada socialmente na troca

entre os produtos desses trabalhos, segundo a lei do valor. Por outro lado, essa análise mostrou justamente o duplo (e dialético¹⁸) caráter do trabalho humano no capitalismo; não se concebe o valor se não existir um valor de uso que o corporifique, ainda que os dois, valor e valor de uso, sejam contrários. O valor em abstrato, por si só, não existe, assim como não se pode falar em trabalho abstrato sem o seu conteúdo material-concreto, o trabalho concreto. O que a análise de Marx nos permite entender, portanto, é que exasperar um dos dois lados desse duplo caráter do trabalho no capitalismo, seja interpretando o trabalho abstrato como algo trans-histórico, sempre presente em qualquer forma social (por exemplo, como se ele fosse mero dispêndio fisiológico), ou hipostasiando esse caráter histórico do trabalho abstrato, e desconsiderando o seu conteúdo material, o trabalho concreto, são duas formas análogas de ignorar a dialética do trabalho no capitalismo. É desses dois tipos de exasperação que passamos a tratar.

2- Desconsideração da dialética do trabalho no capitalismo: exasperações aistórica e “historicista”

2.1- A concepção aistórica de trabalho e valor

A consideração correta de que o trabalho é a fonte da riqueza material em toda a sociedade, se exasperada, pode dar origem a uma desconsideração total da especificidade que essa riqueza material e, em última instância, que esse trabalho, possui na época capitalista. Essa exasperação aistórica sustenta que, se o trabalho é a substância do valor e, ao mesmo tempo, ele é a fonte da riqueza em todo tipo de sociabilidade, então o valor também estaria presente em toda época histórica.

Infranca (2006: 114), por exemplo, assume claramente esse tipo de exasperação, sustentado em Lukács (2008)¹⁹. Este último critica Stalin por não ter levado em conta as claras

¹⁸ Para uma análise dialética não só do duplo caráter do trabalho, mas, principalmente, da relação entre o trabalho no sentido fisiológico e o trabalho abstrato, ver Robles Báez (2005). Fausto (1983, parte II) faz algo no mesmo sentido, procurando ressaltar o caráter real da abstração na categoria trabalho abstrato. É preciso destacar, no entanto, seu equívoco quando interpreta o tempo de trabalho socialmente necessário como o preço da mercadoria (p. 126, nota 14). Nesse sentido, Fausto estaria dentro da “concepção econômica” do tempo de trabalho socialmente necessário, que não consegue perceber que a teoria do valor de Marx não sustenta que as trocas ocorrem segundo os valores das mercadorias, mas segundo seus preços de mercado, que tendem – é uma lei de tendência – a flutuar em torno dos valores, como visto.

¹⁹ De fato, este autor é enfático em sua obra madura no que diz respeito à prioridade ontológica da produção para o ser social (Lukács, 1979), mas mesmo aí o seu entendimento da teoria do valor é um tanto quanto descuidado. Só para citar um exemplo, é recorrente a confusão que ele faz do valor de troca (forma de manifestação na aparência)

indicações de Marx, contidas no primeiro livro de *O Capital*, a respeito do caráter permanente da lei do valor: “já no início do livro I de *O Capital* – e, portanto, não em um texto dificilmente encontrável –, Marx fala das diversas formas fenomênicas da lei do valor, referindo-se a Robinson, à Idade Média, a uma família camponesa auto-suficiente de cultivadores diretos e, finalmente, ao próprio socialismo” (Lukács, 2008: 137). Essas indicações seriam a de que o tempo de trabalho determina o valor de uma mercadoria e, sendo o trabalho o fator que cria riqueza – portanto, um fator ineliminável na sociabilidade humana – o valor permaneceria como um fator ineliminável da produção²⁰. Em adição ao argumento de Lukács poderíamos acrescentar a seguinte passagem de Marx no livro III de *O Capital*:

“...depois da abolição do modo de produção capitalista, mas com manutenção da produção social, a determinação do valor continuará predominante no sentido de que a regulamentação do tempo de serviço e a distribuição do trabalho social entre os diferentes grupos de produção e, por fim, a contabilidade quanto a isso se tornarão mais essenciais do que nunca” (Marx, 1983, livro III, cap. II, p.293).

Como se vê, neste trecho Marx parece dar sentido à interpretação de Lukács e Infranca segundo a qual o valor não seria característica própria do capitalismo, até porque ele estaria presente mesmo depois sua abolição.

Independente de todas as críticas que se possa fazer ao pensamento de Stalin – e não é o caso aqui de desviar nossa atenção para esse objeto – o fato é que Lukács e Infranca se equivocam completamente nesse aspecto. Em primeiro lugar, a passagem citada do livro III de *O Capital* diz respeito muito mais a uma fase de transição do capitalismo para uma sociedade pós-capitalista e, portanto, alguns elementos do primeiro continuariam existindo, dentre eles a lógica do trabalho abstrato, do valor. Em segundo lugar, e mais importante do que isso, Marx sustenta em toda a sua obra que o valor é uma relação social e, portanto, com caráter histórico determinado pela sociabilidade que o rege, especificamente, a sociedade mercantil-capitalista. O valor é determinado pelo trabalho humano sim, mas não pelo trabalho em sentido geral, histórico. O trabalho abstraído de suas especificidades concretas – inclusive pelo próprio mercado, quando iguala os distintos produtos de diversos trabalhos humanos, através do valor, e, portanto, iguala

com o valor (essência). Além disso, ele parece não dar o destaque devido para a diferença entre os *valores* enquanto finalidades, objetivos sociais que, de fato, estão presentes em qualquer época histórica, e o *valor* enquanto uma propriedade específica da mercadoria no modo de produção capitalista, essa sim própria de uma época histórica específica.

²⁰ “De modo que el valor no depende del mercado sino del tiempo de trabajo” (Infranca: 2006: 115).

também os distintos trabalhos concretos – é o responsável pela determinação do valor de uma mercadoria, e isto é característico da sociedade capitalista, e de nenhuma outra, como visto anteriormente.

Infranca (2006: p.146, nota 12) deixa clara sua concepção atemporal do valor quando afirma que “Marx consideraba al valor determinado por el tiempo de trabajo y, por lo tanto, una categoria atemporal y eterna”. Decididamente, esta não é a concepção de Marx. O que este tipo de interpretação faz é identificar/reduzir o trabalho a valor, como se fossem categorias justapostas e, em razão disso, desconsiderar toda a especificidade da forma do valor, uma forma específica da riqueza material, historicamente determinada. Como bem constatou Rubin, ressaltando a importância de considerar a *forma valor*, “o trabalho não pode ser identificado com valor. O trabalho é apenas a substância do valor e, para chegar ao valor no sentido pleno da palavra, o trabalho como substância do valor deve ser tratado em seu vínculo inseparável com a ‘forma de valor’ (*Wertform*) social” (Rubin, 1987: 126).

Em última instância, hipostasiar aistoricamente o valor desta maneira é hipostasiar aistoricamente o mercado como lógica de sociabilidade, pois se o valor é uma relação social entre produtores/proprietários independentes entre si, que possuem como lógica de suas sociabilidades a troca de seus produtos, e este valor está presente em todas as épocas históricas, então a lógica mercantil também estará. É exatamente este o referencial teórico de autores que defendem o socialismo de mercado, isto é, um sistema dentro do qual a propriedade dos meios de produção é socializada, mas a distribuição se dá pela lógica mercantil²¹. Entretanto, se considerada a lógica do valor (e da valorização, do valor que se valoriza) como ela de fato é, ou seja, como uma característica do modo de produção capitalista, que tem na esfera da circulação (mercado) sua instância mais aparente, defender o caráter aistórico do valor significa defender o caráter aistórico da sociabilidade mercantil e, portanto, do próprio capitalismo. Ironicamente, a defesa de um socialismo de mercado, com um referente teórico dado pelo caráter aistórico do valor é, no final das contas, uma forma transmutada de sustentar o caráter eterno do capitalismo!

O trabalho por si próprio não confere valor à riqueza material. Apenas o trabalho em uma determinada *forma social*, dentro do modo de produção capitalista, o trabalho abstrato, é o que o faz. Portanto, como visto, o valor das mercadorias expressa determinado tipo de relações sociais de produção. O valor é uma relação social, historicamente determinada. Ele não é uma

²¹ Andréani (2001) é um bom exemplo deste tipo de concepção.

propriedade natural, aistórica, das coisas (produtos do trabalho humano), mas uma forma social, e histórica.

Pensar o contrário, como fazem Lukács e Infranca, é cair no fetiche das mercadorias, atribuindo o valor como uma propriedade das coisas, ao invés de uma propriedade da relação social de produção entre pessoas, que aparece (base real da mistificação hipostasiante que eles cometem) como propriedade das coisas.

2.2- O hipostasiar historicista que nega o trabalho concreto como trans-histórico

O resgate da *forma-valor*, historicamente determinada, nos permite, portanto, fugir da exasperação aistórica de um dos pólos (o trabalho material, concreto) presente no caráter dual do trabalho no capitalismo. Entretanto, deve-se tomar muito cuidado para não incorrer na exasperação contrária, hipostasiando o outro pólo dessa contradição, o trabalho abstrato, desconsiderando o caráter realmente ontológico do trabalho (concreto, material) no ser social. É justamente este segundo tipo de hipostasiar historicista que caracteriza o argumento de Postone (2006).

Este autor tem como objetivo central de sua obra a crítica ao que ele chama de marxismo “tradicional”, contrapondo-se, inicialmente, à conceituação que este último faria do capitalismo. Segundo o autor, a concepção “tradicional” entenderia o modo de produção capitalista em termos da propriedade privada dos meios de produção e/ou em termos de presença do mercado como principal instância nessa estrutura social. O autor, entretanto - no que segundo ele estaria apenas reinterpretando o próprio Marx - conceitua o capitalismo em termos de “una interdependencia social de carácter impersonal y aparentemente objetivo, históricamente específica. Este tipo de interdependencia es fruto de las formas históricamente singulares de unas relaciones sociales constituidas por determinadas prácticas sociales y que, sin embargo, devienen cuasiindependientes de la gente implicada en dichas prácticas” (Postone, 2006: 44).

Ora, mas o mercado – entendido este como lógica da sociabilidade, e não como locus de trocas de produtos, diferenciação que Postone parece confundir – não é uma forma social, mediada, justamente de interdependência social, que ganha um caráter impessoal e aparentemente objetivo? Além disso, as relações sociais entre os produtores independentes, que são intermediadas pelas trocas no mercado, através da igualação dos produtos destes trabalhos, segundo o valor, não são, por acaso, histórica e socialmente construídas? Entendendo o mercado desta forma, enquanto uma lógica de sociabilidade estranhada para os próprios seres humanos, e

não como lugar de trocas fortuitas de produtos do trabalho humano, a definição de capitalismo de Postone não estaria muito longe de que ele chama de marxismo “tradicional” (para o seu desgosto), isto é, de uma sociabilidade regida pela lógica mercantil, onde os seres humanos são obrigados a trocarem os produtos de seus trabalhos para se reconhecerem enquanto pertencentes a essa sociedade.

Independente de qual seja a melhor conceituação para o capitalismo, em sua cruzada contra o marxismo “tradicional”, Postone se sente obrigado a refutar todas as teses desse tipo de interpretação. Segundo ele, a principal delas, e que seria a base de toda a argumentação equivocada dessa interpretação, é a concepção da centralidade do trabalho para a vida social. Segundo Postone, a sua interpretação encontraria respaldo, inclusive, na própria teoria madura de Marx:

“En la crítica madura de Marx, la noción de que el trabajo constituye el mundo social y es la fuente de toda riqueza no se refiere a la sociedad en general, sino únicamente a la sociedad capitalista o moderna. Más aún, y esto resulta crucial, el análisis de Marx no se refiere al trabajo como general y transhistóricamente se ha venido concibiendo...sino a un papel peculiar que el trabajo desempeña únicamente en la sociedad *capitalista*.” (Postone, 2006: 45)²².

De fato, o objeto de estudo de Marx em *O Capital* é uma época histórica específica, o capitalismo e, portanto, as categorias históricas que lhe são específicas (valor, trabalho abstrato, etc.) não podem ser trans-historicizadas, ou, como visto, hipostasiadas, como se fossem pertencentes a todas as formações sociais possíveis e existentes historicamente. Se isto é verdadeiro do ponto de vista do caráter abstrato do trabalho no capitalismo (e, portanto, do ponto de vista do valor), entretanto, Postone demonstra, aqui, uma incompreensão da teoria de Marx. Ao negar o trabalho como fonte de toda riqueza, porque esta seria uma característica apenas do

²² Borges Neto (2007: 10) parece fazer o mesmo quando procura explicar porque apenas o trabalho humano cria valor: “a questão não é, portanto, a importância geral do trabalho para a atividade produtiva, e nem mesmo a importância geral do trabalho para a vida em sociedade, mas a sua *forma histórica específica*”. De fato, como visto, a forma histórica específica do trabalho no capitalismo, abstraído de suas características concretas (trabalho abstrato), é o que explica o trabalho humano como fundamento do valor. Entretanto, isto não nega o fato de que toda riqueza material, independente de sua época histórica, é fruto de um processo de trabalho específico, concreto, mesmo no capitalismo; portanto, as características assumidas por esse produto são decorrentes do trabalho que o gerou. No caso específico do capitalismo, o valor (característica específica da riqueza capitalista) é decorrente do trabalho abstrato (característica específica do trabalho no capitalismo), assim como o valor de uso (também presente no capitalismo) é decorrente do aspecto concreto do trabalho (caráter inevitável que o processo de trabalho no capitalismo tem que manter, ainda que a contragosto).

capitalismo, ele confunde riqueza material com riqueza capitalista que, em última instância, significa confundir trabalho concreto (produtor da riqueza material) com trabalho abstrato (produtor da riqueza capitalista, naquilo que lhe é específico, o valor). Independente do que Postone deseja defender²³, em Marx o trabalho concreto tem sim um caráter trans-histórico, isto é, propriedade ontológica de toda formação social, independente de sua especificidade histórica, e o processo de trabalho (que inclui, além deste propriamente dito, a terra, os instrumentos de trabalho, o objeto de trabalho) é a fonte de toda a riqueza material. Isto é claro, por exemplo, quando Marx, logo no início do capítulo que tratará do processo de trabalho e o processo de valorização, afirma:

“É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer formação social determinada” (Marx, 1983: 149).

Isso significa que o fato do processo de trabalho ser realizado, dentro da época capitalista, sob a lógica do capital, não retira dele seu caráter trans-histórico de produzir valores de uso, até porque o valor não existe por si mesmo, mas corporificado em um valor de uso. Mesmo assim, os defensores deste tipo de argumentação poderiam sugerir que o trabalho não é a única fonte de riqueza material, pois o processo de trabalho inclui, além do trabalho, o objeto deste e os meios/instrumentos necessários para a atividade orientada à produção do valor de uso. O que se confunde aqui é o caráter ontológico do processo de trabalho, no sentido de que a humanidade necessita (re)produzir os elementos materiais de sua existência, com o trabalho em si, um dos elementos desse processo. Que este trabalho em si não seja o único elemento do processo de trabalho isso não nega que esse processo - enquanto produtor de valores de uso (riqueza material)

²³ Postone (2006: 97) deixa claro qual é a tese central de seu livro: “...en el marco de la teoría crítica madura de Marx, el trabajo en el capitalismo es directamente social porque actúa como una actividad de mediación social. Esta cualidad social, que es históricamente única, distingue al trabajo en el capitalismo del trabajo en otras sociedades y determina el carácter de las relaciones sociales en la formación capitalista. Lejos de significar la ausencia de mediación social (es decir, la existencia de relaciones sociales no mediadas), el carácter directamente social del trabajo constituye una determinada clase de mediación del capitalismo”. Se esta é a tese central de seu livro, como ele afirma, é possível que alguns representantes do que ele chama de marxismo “tradicional” nem discordem disso. Aliás, o próprio Marx provavelmente veria sua teoria bem representada por essa tese. No entanto, para se concluir isto não é necessário passar pelas incompreensões e confusões teóricas que, segundo Postone, são necessárias e, de fato, ele comete. Uma outra forma de entender a teoria do valor de Marx, enfatizando o caráter histórico da forma do valor, pode ser encontrada, por exemplo, em Arthur (2004, cap. 3), sem encontrar ali os mesmos problemas que em Postone.

- seja ontológico no ser social e, portanto, esteja presente em qualquer época histórica. É assim que pensa Marx, e quanto a isso não há dúvida:

“O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais” (Marx, 1983. livro I, p.153).

Mesmo com o pensamento de Marx tão claro, em suas próprias palavras, Postone continua insistindo que a sua interpretação, desconsiderando qualquer característica ontológica no trabalho (nem o seu caráter concreto de produtor de valores de uso), é a forma como Marx entende o assunto. Este tipo de confusão se expressa em vários outros momentos de seu livro. Por exemplo, em determinada passagem Postone (2006: 47) afirma que:

“Lejos de considerar el trabajo como el principio de la constitución social y la fuente de la riqueza en *todas* las sociedades, la teoría de Marx propone que lo que caracteriza al capitalismo únicamente es, precisamente, que sus relaciones sociales básicas están constituidas por el trabajo y, por tanto, en definitiva, que son de un tipo radicalmente diferente de aquellas que caracterizan a las sociedades no capitalistas.”

O que o autor faz aqui é explicitar o seu hipostasiar *historicista*, no sentido de que procura minuciosamente apontar em todos os momentos que o argumento de Marx é válido apenas para o modo de produção capitalista e, portanto, que a lógica do trabalho abstrato estranhado não pode ser hipostasiada para outras épocas históricas. Se o último é verdade, o que Postone faz é cair na armadilha contrária, ou seja, termina hipostasiando pelo outro pólo da unidade dialética que caracteriza o duplo caráter do trabalho no capitalismo. Mais do que isso, ele termina por aglutinar o trabalho abstrato, e toda a sua lógica no capitalismo, dentro do trabalho, como se este último fosse, mesmo no capitalismo, apenas trabalho abstrato, e não possuísse características específicas em cada trabalho específico, isto é, específicos caracteres concretos, trabalhos concretos. Em última instância, Postone termina por *historicizar* algo que é sim trans-histórico no processo de trabalho, justamente o seu caráter concreto, ao menos segundo a interpretação de Marx.

Adicionalmente, pode-se mostrar que, levando em consideração a interpretação de Marx sobre o duplo caráter do trabalho no capitalismo, Postone não precisaria negar o trabalho

(concreto) como fonte da riqueza material em todas as sociedades para sustentar que as relações básicas no capitalismo estão constituídas, historicamente, pelo trabalho (abstrato), diferentemente das formas que caracterizam as relações sociais em sociedades não capitalistas. Aquilo que Postone se vê na obrigação de negar para sustentar a sua tese – que, diga-se de passagem, é correta – não é necessário, pois as duas idéias não são incompatíveis; aparecem como contraditórias sim, mas não por uma contradição da teoria que as sustenta, e sim por uma contradição real, existente no próprio modo de produção capitalista, entre o caráter concreto do processo de trabalho e o seu caráter abstrato. Fugir, dentro da teoria, dessa contradição real, além de representar uma violação às próprias características do objeto a ser explicado, significa, por um lado, considerar o trabalho abstrato como pertencente a qualquer época histórica (o hipostasiar trans-histórico), reduzindo-o ao trabalho concreto, e, por outro lado, desconsiderar a característica trans-histórica do trabalho concreto, reduzindo-o à historicidade do trabalho abstrato (um hipostasiar *historicista*). Tanto um quanto outro reduzem um pólo da contradição que constitui o trabalho no capitalismo ao outro. Tanto um quanto outro acabam produzindo um mesmo tipo de reducionismo, ainda que com sinais contrários.

Postone se vê obrigado a negar essa constituição ontológica do trabalho no ser social porque, em última medida, deseja criticar posicionamentos críticos ao capitalismo que se restringem a apontar as contradições do modo de distribuição e apropriação do fruto do trabalho, sem discutir as contradições inerentes ao próprio processo de trabalho no capitalismo. Isso é claro quando sustenta que “he afirmado que si el ‘trabajo’ es el punto de partida de la teoría crítica, el modo de distribución y apropiación del trabajo y sus productos se convierte necesariamente en el centro de atención de la crítica” (Postone, 2006: 108). De fato, criticar o capitalismo apenas pelas contradições de uma de suas instâncias é esquecer a sua lógica totalizante, que invade todas as esferas e instâncias que o constituem, portanto, o processo de produção de valor incluído. Mas, para perceber isso, ao contrário do que pensa Postone, não é necessário negar o processo de trabalho (concreto) como a fonte da riqueza material. Basta, para perceber que a crítica unilateral ao modo de distribuição capitalista é não só unilateral, mas também mistificadora do processo de produção capitalista, entender que este posicionamento está naturalizando (tratando de maneira natural e trans-histórica) o trabalho abstrato, isto é, o processo de produção de valores dentro da

lógica capitalista²⁴, e não o caráter concreto do trabalho, que é, de fato, propriedade da atividade humana geral de (re) produzir sua existência, qualquer que seja a sociabilidade em que se esteja.

É muita tentadora a idéia de atribuir esse equívoco de Postone a uma simples desconsideração do caráter duplo do trabalho no capitalismo, como se ele simplesmente não considerasse o caráter concreto e abstrato do trabalho nesse modo de produção. Entretanto, isto não é verdade. O autor, ao reinterpretar a teoria do valor de Marx, trata do caráter dual do trabalho, mas, de forma, para dizer o mínimo, peculiar:

“Al producir valores de uso, el trabajo en el capitalismo puede considerarse como una actividad intencional que transforma la materia de un modo determinado – lo que Marx denomina ‘trabajo concreto’ -. Lo que llama ‘trabajo abstracto’ es la *función* del trabajo como actividad de mediación social. En todas las sociedades existen diversos tipos de lo que consideraríamos trabajo (aunque no sea en la forma general ‘secularizada’ que implica la categoría de trabajo concreto), pero el trabajo abstracto es específico del capitalismo...” (Postone, 2006: 214).

Ou seja, o autor não foge da questão do duplo caráter do trabalho, concreto e abstrato. Entretanto, para ele, o que Marx chama de trabalho concreto é o trabalho *no capitalismo* que transforma a matéria de uma determinada forma, não podendo, portanto, ser confundido com os diversos tipos de trabalho em outros tipos de sociedade. Se é assim, o que Postone está chamando de “trabalho concreto” não tem relação nenhuma com o que Marx chama de *trabalho concreto*. Utiliza-se o mesmo termo para denominar uma categoria distinta, uma teoria distinta (de Marx). Mas, ao fazer isso, Postone desconsidera justamente a distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto, entre processo de valorização e processo de trabalho, entre valor e valor de uso, contradição básica da época histórica que ele quer ressaltar, o capitalismo. Arthur (2004: 45) adverte que

“The distinction between abstract and concrete [labour] cannot be collapsed. There may well be pressure in the factory to make the labour process in which capital moves as if in its own element, namely the universal time of production, but since it is always

²⁴ É o que faz a postura ricardiana dentro do marxismo em autores da envergadura de Dobb (1978 e 1985) e Sweezy (1986), como percebe Postone, que enquadra a leitura ricardiana de Marx dentro do tal marxismo “tradicional”, ao naturalizar o processo de trabalho. A advertência que Marx faz, reiteradamente, sobre o fato de que a economia política clássica teria como equívoco de origem a não compreensão da dupla natureza do trabalho poderia ser ampliada aqui tanto para a postura ricardiana, como para a própria interpretação de Postone, ainda que por razões distintas.

burdened with matter it is necessarily particularized in concrete labour processes. Conversely, insofar as value is produced capital has translated concrete into abstract more or less effectively. While immediately concrete labour, the work of each becomes socially posited as abstract in virtue of its participation in the capitalist process of valorisation. As abstract it is a question of how labours are counted, and not how they are concretely; it is a question of the social form living labour acquires within the valorization process; as form-determined by capital it functions as a particularisation of its abstract essence, as abstract movement in time”.

O mais impressionante de tudo isso é que o próprio Marx já teria alertado para os perigos de, mesmo identificando um tipo de tratamento unilateral do duplo caráter do trabalho, terminar por hipostasiar a outra unilateralidade. Rubin (1987: 136) percebe isso quando ressalta que “ao observar a negligência da forma-valor por parte dos economistas clássicos, Marx nos adverte para outro perigo, a saber, o de superestimar a forma-valor social às expensas de seu conteúdo-trabalho”. Onde Marx faz essa advertência? Exatamente ao final do capítulo primeiro de *O Capital*, quando analisa o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo, e adverte para o fato de que uma das falhas básicas da economia política clássica foi não ter identificado essa forma social específica (capitalista) do valor. Mas, por outro lado, existiria também o equívoco inverso, “o qual vê no valor apenas a forma social ou, mais precisamente, apenas sua aparência sem substância” (Marx, 1983: 76, nota 32), isto é, apenas o trabalho abstrato sem seu suporte concreto, ou ainda, como faz Postone, interpretando o trabalho concreto como se também fosse uma forma meramente histórica. Se o trabalho humano, no capitalismo, é uma síntese dialética entre trabalho concreto e trabalho abstrato, e, como faz Postone, o primeiro também é uma forma social e histórica, dever-se-ia concluir que, para esse autor, o trabalho no capitalismo é pura forma social (concreta e abstrata), sem nenhum conteúdo.

Em poucas palavras, este tipo de exasperação historicista, ao criticar corretamente interpretações que não tratam a forma-valor, social e historicamente determinada, acaba hipostasiando o outro pólo, considerando apenas o caráter histórico-capitalista do trabalho (abstrato)²⁵, desconectado do seu conteúdo material (concreto). Desrespeita-se, com sinal invertido, o duplo caráter (dialético) do trabalho humano no capitalismo.

²⁵ Mesmo no que se refere à interpretação do trabalho abstrato Postone parece confundir-se. Nos momentos em que faz alguma menção sobre as experiências do socialismo realmente existente no século XX, ele acaba confundindo

Referências bibliográficas

- Andréani, T. (2001) *Le Socialisme de Marché: problèmes et modélisations*. In: BIDE, Jacques. & KOUVELAKIS, Eustache. (Org.) *Dictionnaire Marx Contemporain*. Paris: PUF.
- Arthur, C. J. (2004) *The New Dialectic and Marx's Capital*. Historical Materialism Book Series, Brill: Leiden-Boston.
- Borges Neto, J. M. (2007) Por que o duplo caráter do trabalho é o “ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da economia política”? *Anais do I Encontro Nacional de Economistas Marxistas*, Curitiba, 30 e 31 de outubro, disponível em (www.sitiodeeconomiapolitica.ufpr.br).
- Carchedi, G. (1991) *Frontiers of Political Economy*. Verso: London – New York.
- Dobb, M.(1978) *Economia Política e Capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica*. Ed. Graal, Rio de Janeiro.
- Dobb, M.(1985) *Teorías del Valor y de la Distribución desde Adam Smith: ideología y teoría económica*. oitava edição, Siglo XXI, Espanha.
- Fausto, R. (1983) *Marx: lógica e política – investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Infranca, A. (2006) *Trabajo, individuo y historia: el concepto de trabajo em Lukács*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana C. A.
- Itoh, M. & Lapavistas, C. (1999) *Political Economy of Money and Finance*. London: Macmillan Press Ltd.
- Lapavistas, C. (2003) *Social Foundations of Market, Money and Credit*. London: Routledge.
- López, J. G. (2006) Una introducción a *Tiempo, Trabajo y Dominación Social*. In: Postone, M. (2006) *Tiempo, Trabajo y Dominación Social: una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A.
- Lessa, S. (2002) *O Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Lukács, G. (2008) O Processo de Democratização. Em: Lukács, G. *Socialismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

trabalho abstrato com trabalho socialmente igualado, como se fossem idênticos. Para ele, é como se a igualação social do trabalho naquelas sociedades, por intermédio da burocracia, demonstrasse seu caráter de trabalho abstrato e, portanto, produtor de valor. Confunde-se aqui o igualar-se socialmente o trabalho com uma forma social específica de igualação por intermédio das trocas na lógica mercantil.

- Lukács, G. (1979) *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: L.E.C.H. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.
- Marx, K. (1979) *Crítica del Programa de Gotha*. Moscou: Editorial Progreso.
- Marx, K. (1980) *Teorías sobre la Plusvalía. Tomo IV de El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, K. (1983) *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. (2004) *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Centauro.
- Murray, P. (2005) La teoría del valor trabajo “verdaderamente social” de Marx: el trabajo abstracto en la teoría marxista del valor. In: Robles Báez, M. L. (Comp.) *Dialéctica y Capital: elementos para una reconstrucción de la crítica de la economía política*. UAM – Xochimilco, México.
- Postone, M. (2006) *Tiempo, Trabajo y Dominación Social: una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A.
- Robles Báez, M. L. (2005) La dialéctica de la conceptualización de la abstracción del trabajo. In: Robles Báez, M. L. (Comp.) *Dialéctica y Capital: elementos para una reconstrucción de la crítica de la economía política*. UAM – Xochimilco, México.
- Rosdolsky, R. (2001) *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj – Contraponto.
- Rubin, I. I. (1987) *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Editora Polis.
- Saad Filho, A. (2001) Interpretações da Teoria Marxista do Valor: uma revisão da literatura. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n.3, julho-setembro.
- Shaikh, A. (1987) Abstract and Concrete Labour. In: Eatwell, J., Milgate, M. & Newman, P. (eds.) *Marxian Economics*. The New Palgrave. The Macmillan Press Limited: London.
- Shaikh, A. (1991) *Valor, Acumulación y Crisis: ensayos de economía política*. Bogotá: Tercer Mundo Editores.
- Sweezy, P. M. (1986) *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de economia política marxista*. Coleção Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural.
- Vianello, F. (1987) Labour Theory of Value. In: Eatwell, J., Milgate, M. & Newman, P. (eds.) *Marxian Economics*. The New Palgrave. The Macmillan Press Limited: London.